

# Formação política do agronegócio

DOI: 10.54446/bcg.v11i1.519

Lisandra Pereira Lamoso<sup>1</sup>

## Resenha da obra



POMPEIA, Caio.  
*Formação política do agronegócio.*  
São Paulo: Elefante, 2021.

★ ★ ★

O livro “Formação política do agronegócio” foi nosso achado do ano de 2021. Caio Pompeia aborda algumas, das muitas questões que nos intrigam com relação ao que se denomina como agronegócio. A origem do termo é um dos poucos consensos entre os especialistas. Como muitas expressões, também esta importamos dos Estados Unidos, da famosa obra de Davis e Goldberg (1957), formulada no contexto da preocupação em se nomear algo que englobasse todo sistema de alimentos e aglutinasse a forma a como isso poderia ser medido. Para além dessa informação, de pouca novidade, o livro segue num crescente de dados e análises que detalham como o termo foi, ao longo de décadas, consolidando-se como um amálgama de interesses os mais heterogêneos, setoriais de toda ordem, institucionais os mais variados e incorporado por agentes dos mais variados matizes políticos.

Publicado pela Editora Elefante, o livro tem uma formatação pouco sisuda. Foge do preto e branco para incorporar páginas azuis que marcam a separação entre capítulos, nove ao todo. Tem 385 páginas cujos capítulos guardam uma cronologia apresentada de forma leve, permitindo a leitura fluida sem abrir mão de um volume significativo de informações detalhadas e úteis. Se uma ressalva nos é permitida, senti falta de um índice onomástico. Apresenta conjunturas, fatos históricos, nomes de personagens, títulos de livros, empresas e instituições. Entre as qualidades da publicação, é impossível não registrar o prefácio da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha: “Um tratado de paz entre o agronegócio e os direitos indígenas?” O texto, segundo a autora, teve sua primeira versão publicada na Revista Piauí, n. 172, em janeiro de 2021. Seus subtítulos não deixam dúvida sobre o cerne da questão que pretende discutir, fazendo um aquecimento para o texto de Caio Pompeia, que virá

---

1 Lisandra Pereira Lamoso é Bacharela, Licenciada e Mestre em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente e Doutora em Geografia Humana pela USP. É Professora Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Contato: [lisandralamoso@ufgd.edu.br](mailto:lisandralamoso@ufgd.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5705-3280>.

na sequência. Manuela Carneiro é direta ao nomear os subtítulos com: "Um governo abertamente anti-indígena e antiambientalista"; "Fraudes"; "As teses do agronegócio no Congresso"; "No Supremo: a questão do marco temporal e as condicionantes"; "Coalizão", terminando com pergunta: "Que fazer? A legalidade é necessária, mas não suficiente."

Após o prefácio, temos uma introdução escrita por Pompeia de forma muito didática, o que, aliás, é característica que percorre todo o livro. A introdução é curta e informa que o conteúdo será dividido em três camadas principais e inter-relacionadas: líderes e instituições; programas; e relações com o Estado. Suas análises acrescentam informações e trazem o bônus de várias tabelas que demonstram como os termos *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* e *agronegócio* foram, gradativamente, aumentando sua participação no noticiário impresso.

Duas informações nos são particularmente preciosas. A primeira, o destaque à participação de alguns assessores da Agrocere, principalmente Ivan Wedekin e Luis Antonio Pinazza, que começaram a desempenhar um papel mais ativo na divulgação da noção de *agribusiness*. Wedekin, como Pompeia relata, se destacou por usar uma estratégia iniciada por Davis Goldberg, de divulgar o "primeiro pilar da tecnologia estatística do *agribusiness*: a participação do subconjunto da economia no PIB". A nosso ver, essa foi a mais importante e bem sucedida estratégia de consolidar o *agronegócio* como parte imprescindível do desenvolvimento econômico brasileiro. A reiterada propagação da engenharia estatística confere uma legitimidade que, talvez, o setor não tenha, se feitos os cálculos com um pouco mais de acurácia. No andar da carruagem, em breve teremos o lucro das editoras que publicam livros sobre agropecuária incluídos no cálculo do PIB do *agronegócio*. A segunda, também a nosso ver, está na cooptação de corações e mentes, através da comunicação "Agro, a indústria riqueza do Brasil", produzida e veiculada pela Globo.

O livro deixa claro que *agronegócio* não representa um bloco homogêneo de interesses político-ideológicos. Há várias e distintas frações, desde aquela que defende o marco temporal para demarcação das terras indígenas, que critica a revisão dos índices de produtividade, que defende a preservação da propriedade privada a qualquer custo e o afrouxamento da fiscalização ambiental, até aquela que desenha uma orientação que, pelo menos em tese, se preocupa com a elevação dos índices de desmatamento, com o aquecimento global, com questões climáticas e com a política externa e a diplomacia que afetam o comércio exterior. Não está fácil para o setor entrar em um consenso, embora esteja ainda muito mais difícil para o país, conviver com o acirramento favorecido pelos posicionamentos fortalecidos no espectro da extrema direita que assumiu o Governo nas eleições de 2018.

As disputas classificatórias são outro importante debate apresentado no livro. Para o Governo, agricultura familiar e *agronegócio* soam complementares (um Governo pré-Temer); para os Movimentos Sociais, agricultura familiar se opõe a *agronegócio*; e a Classe Patronal procura inserir a agricultura familiar no

agronegócio. Estas classificações comportam questões estruturais para a compreensão da formação política do agronegócio.

Embora todos os nove capítulos sejam interessantes, nos parece particularmente especial o período que relata os efeitos do impeachment da Presidente Dilma Roussef (2016). A instabilidade política e todo movimento caótico instalado nas relações entre executivo, legislativo e judiciário foram apropriados para a expansão das demandas do agronegócio, em sua representação mais conservadora. Após a divulgação das conversas privadas entre Michel Temer e Joesley Batista, Temer ao buscar apoio político via votos da Frente Parlamentar da Agricultura (também conhecida como “Bancada Ruralista”) foi pressionado e não tardou a atender: portaria modificando o conceito de trabalho análogo ao de escravo; alteração no protocolo da forma de divulgação dos empregadores do trabalho escravo; e conversão de multas em serviços de preservação e recuperação do meio ambiente. Em síntese, o livro confirma o fortalecimento das pautas dos setores mais “conservadores”, embora, caso haja os “progressistas”, estes não tem se manifestado contrários ao curso das demandas retrógradas, a não ser por desapercibidas e pontuais manifestações.

Como toda resenha, é sempre desproporcional o conteúdo da obra e o que se pode ressaltar a respeito da mesma. “Formação Política do Agronegócio”, além das informações e da capacidade analítica do autor, é um texto que abre muitas agendas de pesquisa.

Caio Pompeia é antropólogo, pesquisador do Programa de Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, com doutorado na Unicamp e período como pesquisador na Universidade de Harvard. A leitura do seu livro nos convida a buscarmos suas outras obras, entre as quais, destacaríamos “O agro é tudo”, publicado na *Horizonte Antropológico*, 2021. Neste artigo, Pompeia analisa as estratégias de legitimação de agentes do agronegócio “produzidas por meio de operações para que se confundam partes com totalidades” (POMPEIA, 2021, p.196).

## Bibliografia

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard Business School Press, 1957.

POMPEIA, Caio. “O agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizonte Antropológico*. Porto Alegre, n. 56, p. 195-224, jan/abr. 2020.